

A REGÊNCIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DO USO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE MANAUS

TITLE REGULATION IN GEOGRAPHY TEACHING FROM THE USE OF ACTIVE METHODOLOGIES IN A SCHOOL IN THE PUBLIC NETWORK OF MANAUS

TÍTULO EN ESPAÑOL REGULACIÓN EM LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA A PARTIR DEL USO DE METODOLOGÍAS ACTIVAS EM UMA ESCUELA DE LA RED PÚBLICA DE MANAUS

Ilma de Farias Raulino¹

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Maria Mayara Rodrigues Carvalho²

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Resumo

O Programa Residência Pedagógica possui importância evidente no que diz respeito ao processo de formação de professores, visto que ele proporciona a vivência no âmbito escolar, além de aplicar a teoria vista na Universidade com a prática nas escolas da rede pública de Manaus. Portanto, o Programa se aplica em um movimento em campo de conhecimentos pedagógicos, envolvendo a universidade, a escola, os residentes, tendo os professores da educação básica uma preocupação central com os fenômenos do ensinar e do aprender. Partindo deste pressuposto, tal relato irá evidenciar a vivência da regência na Escola Estadual de Tempo Integral Elisa Bessa Freire a fim de relatar as atividades aplicadas ao longo do Programa Residência Pedagógica. No processo educativo o essencial é aproveitar tudo aquilo que o aluno tem de conhecimento no seu campo cognitivo e utilizar como norte para o desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, é evidente a necessidade de que, ao desenvolver da regência, tenha uma ideia clara a respeito da concepção de professor que se quer formar, pois a exigência do posicionamento se faz fortemente presente, visto que é um momento do processo formativo no qual o futuro professor se depara com a realidade profissional docente e da escola.

Palavras-chave: Regência; Atividades; Aprendizagem.

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – Amazonas, Brasil. E-mail: ilmafariass18@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2699787387235066>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9105-8835>.

² Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – Amazonas, Brasil. E-mail: mmayararc@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6992899369510923>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6945-8042>.

Abstract

The Pedagogical Residency Program has evident importance with regard to the teacher training process, as it provides experience in the school environment, in addition to applying the theory seen at the University with practice in public schools in Manaus. Therefore, the Program is applied in a movement in the field of pedagogical knowledge, involving the university, the school, the residents, with basic education teachers having a central concern with the phenomena of teaching and learning. Based on this assumption, this report will highlight the experience of conducting at Escola Estadual de Tempo Integral Elisa Bessa Freire in order to report the activities applied throughout the Pedagogical Residency Program. In the educational process, the essential thing is to take advantage of everything the student has knowledge in their cognitive field and use it as a guide for the development of learning. Therefore, it is evident that, when developing conducting, you need to have a clear idea about the conception of the teacher you want to train, as the positioning requirement is strongly present, as it is a moment in the training process in which the future teacher is faced with the professional reality of teaching and school.

Keywords: Regency; Activities; Learning.

Resumen

El Programa de Residencia Pedagógica tiene evidente importancia en lo que respecta al proceso de formación docente, ya que proporciona experiencia en el ambiente escolar, además de aplicar la teoría vista en la Universidad con la práctica en las escuelas públicas de Manaus. Por lo tanto, el Programa se aplica en un movimiento en el campo del conocimiento pedagógico, involucrando a la universidad, la escuela, los residentes, teniendo los profesores de educación básica una preocupación central por los fenómenos de la enseñanza y el aprendizaje. Partiendo de este supuesto, este informe resaltaré la experiencia de realización en la Escola Estadual de Tempo Integral Elisa Bessa Freire con el fin de informar las actividades aplicadas a lo largo del Programa de Residencia Pedagógica. En el proceso educativo lo esencial es aprovechar todo el conocimiento que el estudiante tiene en su campo cognitivo y utilizarlo como guía para el desarrollo del aprendizaje. Por lo tanto, es evidente que, a la hora de desarrollar la dirección, es necesario tener clara la concepción del docente que se quiere formar, ya que la exigencia de posicionamiento está fuertemente presente, al ser un momento del proceso de formación en el que el futuro El docente se enfrenta a la realidad profesional de la enseñanza y la escuela.

Palabras claves: Regencia; Actividades; Aprendiendo.

INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica possibilita diversas vivências do residente no âmbito escolar, embora no contexto de pandemia nunca tenha sido realizado. Portanto, este é um momento atípico, que busca inovações na maneira de lidar com a situação. Sendo assim, como a pandemia afetou diversas camadas da sociedade, e em ênfase o cotidiano da escola, é um fato, isso acarretou novos questionamentos acerca da função social da escola, bem como os conhecimentos ali produzidos, sabendo que a escola é o espaço que realiza várias funções e sobretudo produz conhecimento. Como elucida Cavalcanti (2002, p. 33) que “a escola é, [...], um lugar de encontro de culturas, de saberes, de saberes científicos e cotidianos”, para além dos seus muros (estrutura física), a escola também é palco de relações sociais, ou poderíamos dizer, socioespaciais.

Segundo o Projeto Pedagógico, o objetivo deste Programa é:



[...] possibilitar aprendizagem prática “em situação”, ou seja, a partir da realidade, tomando os eventos e aspectos dificultadores da prática pedagógica do professor e da escola como fontes de aprendizado, uma vez que estes aspectos e eventos são tomados como objeto de estudo e reflexão pelos residentes, orientados por seus preceptores e que resultam em matéria a ser tratada também no âmbito da escola, a partir do diálogo com o professor formador e gestores que acolhem o residente na escola (UNIFESP, 2006, p. 31).

Nóvoa (2009) defende que a formação aconteça no exercício da profissão, que muitas aprendizagens apenas se dão na prática cotidiana da escola. Não há como desenvolver certas habilidades apenas pelo viés teórico já que, na atuação docente, faz-se necessário tomar decisões, resolver problemas imprevisíveis da prática cotidiana, enfim, articular conhecimentos e habilidades para atingir os objetivos propostos.

Concomitante a isso a escola é o lugar das grandes funções e aprendizados, é no âmbito escolar que se desenvolve a relação professor-aluno, que conforme Castrogiovanni e Batista (2018) faz-se necessário que se estabeleça entre emissor e receptor, portanto entre professor e aluno, uma relação interativa composta por uma linguagem semiótica comum. Do contrário, as mensagens tornam-se nebulosas, o contexto fica sendo apenas texto, e as palavras docentes são, quase poeticamente, perdidas como lágrimas na chuva.

Cavalcanti (2017), em sua obra “O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar” reflete que:

No cotidiano escolar, na verdade, muitos movimentos são necessários para a prática docente da Geografia, para essa favorecer os educandos na aquisição de conceitos e na interpretação das diversas espacialidades, para o desenvolvimento de um pensamento geográfico crítico [...]. Na prática se obtém saberes, sabedoria, destreza, traquejo, para realizar as tarefas esperadas. É na prática cotidiana que professores têm de lidar com seus alunos reais, com seus dilemas, suas dificuldades. Por isso, é sempre muito relevante estar atento ao que acontece ali, no cotidiano da sala de aula (CAVALCANTI, 2017, p. 57).

No processo da regência, o posicionamento do futuro professor é fundamental, uma vez que se trata de um momento formativo no qual ele se depara com situações adversas presentes na realidade profissional docente. Durante o estágio, os futuros professores e os professores formadores da universidade têm a oportunidade de lidar com a complexidade que caracteriza o cotidiano escolar, o que proporciona reflexão crítica sobre essa realidade. Eles buscam entender os determinantes, compreender a complexidade das práticas institucionais e das ações realizadas, além de construir alternativas para os problemas que surgem.



É nesse sentido que o programa é uma atividade curricular chave para a concretização de um modelo formativo que melhor prepare o futuro professor para o enfrentamento das demandas da prática pedagógica. E por fim, é evidente que a trajetória conceitual o leva a ocupar um espaço central na formação inicial universitária do docente, ao evidenciar a necessidade de compreender o estágio como um processo formativo no contexto dos processos formativos dos professores.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL: UM BREVE ARCABOUÇO TEÓRICO

Dentro da discussão proposta no relato aqui abordado, é jus explicitar que a Geografia se estabelece enquanto ciência no século XIX, sendo disciplina escolar em países como Alemanha e França, influenciando de forma direta os países latinos – como o Brasil –, consolidando-se como disciplina empregada no currículo nacional, que se mantém até os dias atuais. Sendo ela uma disciplina de extrema importância para a educação básica, como Santos (2006) alude a importância da disciplina na educação básica como uma oportunidade de analisar as relações entre o homem e o meio em que vive, e os efeitos dessa relação que a ciência geográfica retrata.

Vale citar que o ensino de Geografia passou por muitas mudanças ao longo de todos esses anos, desde que se consolidou enquanto disciplina, visto que por ser uma ciência que estuda as mudanças da sociedade e natureza/espaço, isso impacta de forma direta na formação do professor, o qual deve acompanhar tais mudanças, e se apropriar de aportes teórico-metodológicos como instrumento de conhecimento escolar. Vesentini (2004) destaca que:

Assim como acontece em muitos países, o ensino de geografia no Brasil vive uma fase decisiva, um momento de redefinições impostas tanto pela sociedade em geral - pelo avançar da Terceira Revolução Industrial e da globalização, pela necessidade de (re)construir um sistema escolar que contribua para a formação de cidadãos conscientes e ativos - como também pelas modificações que ocorreram na ciência geográfica (VESENTINI, 2004, p. 220).

Morais (1987) demonstra que a ciência geográfica no Brasil sofreu influência direta da escola de La Blace, ou lablachiana, que foi instruída por um ensino voltado para a memorização e repetição de informações nacionais básicas. Pontuschka *et al.* (2007) cita que a Universidade de São Paulo (USP) criou o primeiro curso de Geografia em 1934, sendo a Instituição de Ensino Superior (IES) pioneira para o desenvolvimento dessa ciência



e a formação de professores de Geografia, pois até esse período, os profissionais que atuavam lecionando Geografia eram de outras áreas totalmente dispersas da Geografia, não se enquadrando como áreas afins, como advogados, engenheiros, médicos dentre outros.

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, que compreende os anos de 1964 a 1985, a Geografia foi considerada uma área em declínio no sistema educacional do país, especialmente no que se refere à formação de professores. Um exemplo notório desse declínio é a mínima contribuição e progresso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no período de 1961 a 1971. Conti (1976), em sua obra, cita a reformulação do currículo escolar da educação básica no Brasil durante o governo militar, que estabelece, de acordo com a Lei 5.692/1971, que os Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, é um afronte para a ciência geográfica e outras, pois é uma forma de diminuir aos poucos a importância dessa ciência, tornando-a menos crítica.

Em 1990, com a instituição da nova Constituição Federal, que coloca fim ao período ditatorial no Brasil, estabelece-se a extinção dos estudos sociais e reestabelece-se as disciplinas específicas que tinham sido extinguidas no período do Regime Militar, sobre este período, Pontuschka *et al.* (2007) ressaltam que muitos licenciados em Geografia se reaproximavam das universidades e suas associações no intuito de lutar a favor da extinção dos estudos sociais estabelecidos pelo regime.

Havia a necessidade de explicar os pressupostos teórico-metodológicos não só nas universidades, mas também em outros espaços: nas secretarias de educação, nos eventos das entidades culturais e de classe, como a AGB e o Sindicato dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), da capital e do interior paulista (PONTUSCHKA *et al.*, 2009, p. 70).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) apresenta modificações diretas para a educação brasileira, e, claro, para a formação dos professores, inclusive os de Geografia. A LDB proporciona a democratização da educação pública, sendo um direito a todos os brasileiros, defendendo, portanto, a permanência, regulamentação e a qualidade do ensino público e superior para os cidadãos. Com esse cenário, os professores iniciaram um movimento sindicalista, lutando pelas melhorias de condições de trabalho, valorização do trabalho e reformulação dos currículos escolares e das licenciaturas, estabelecendo um período de renovação da Geografia após anos de desafios presentes no século XXI. Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) ressaltam que:



O movimento de renovação do ensino da Geografia nas escolas fez parte do chamado movimento de renovação curricular dos anos 80, cujos esforços estavam centrados na melhoria da qualidade do ensino, a qual, necessariamente, passava por uma revisão dos conteúdos e das formas de ensinar e aprender as diferentes disciplinas dos currículos da escola básica (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 68).

Portanto, Kimura (2008) diz que até a década de 1980, os estados e municípios brasileiros eram responsáveis pela elaboração de seus currículos, assim, portanto, ditando os conteúdos que seriam ministrados em sala de aula, sendo esse um fato problemático, visto que alude à consolidação das desigualdades sociais e econômicas impostas em nosso país, onde considera, de forma particular, as desigualdades econômicas, sociais e educacionais das regiões e a própria qualidade desses manuais didáticos, os quais impõem o currículo escolar de determinado lugar.

Assim, segundo Pontuschka *et al.* (2009), a LDB 9.394/96 apontou inovações no âmbito da formação do profissional docente, criando um ambiente institucional responsável por essa questão: o Instituto Superior de Educação. Também foram definidos os novos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino básico e foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para todos os cursos superiores de graduação. Estas últimas provocaram uma significativa mudança nos referenciais necessários à organização curricular dos cursos de graduação.

Assim, com a reconfiguração do currículo escolar nacional, proposta a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proporcionou-se que as questões da formação docente e estrutura curricular voltassem a fazer parte do contexto das pesquisas em educação. Souza (2018) coloca que a BNCC é um documento que constitui e padroniza os conteúdos, homogeneizando o currículo, o que diante de um país multicultural como o nosso, acaba por inviabilizar conhecimentos e saberes regionais, de povos originários, por exemplo, o que estabelece preconceito/exclusão de alguns grupos sociais. Macedo (2012) cita que a BNCC não propõe como desenvolver e praticar esses conhecimentos, pois só aponta as habilidades e objetivos de aprendizagens que se deve aprender sobre alguns assuntos específicos, assim, segundo um autor, trata-se de um manual de objetivos que o professor deve aplicar nas salas de aula pelo território brasileiro. Uma das propostas da BNCC é que os programas de formação inicial e continuada de professores e os currículos das licenciaturas e das escolas vão ter que se adequar aos princípios do documento.



PAPEL DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO

A Geografia foi se desenvolvendo no decorrer do tempo. Desde os primórdios, ou seja, desde a Pré-História, quando os homens buscavam novos territórios e tinham total conhecimento do espaço em que habitavam – o que chamamos de mapas mentais – desde sempre, mesmo sem o saber, o homem já era geógrafo, e isso foi comprovado ao longo da história. Conforme aponta Costa e Moreira (2016, p. 21) “a produção científica da Geografia se fez na história, desde os últimos 3 mil anos, com acúmulos de conhecimentos geográficos, tanto de origem empírica como científica”.

Portanto, com o surgimento da ciência geográfica, conseqüentemente surgem as correntes do pensamento geográfico, que apresentam uma perspectiva da Geografia no nascer de concepções diferentes acerca da relação presente entre o ser humano/sociedade e o espaço. Sendo assim, tais correntes buscam valorizar o ser humano enquanto sociedade e sua capacidade de transformar-se no espaço em que vive, em contrapartida, outras defendem forças naturais como elementos preponderantes no seu modo de vida.

Conquanto Alexander Von Humboldt e Carl Ritter tenham sido os primeiros a iniciar o processo de sistematização da ciência geográfica, tendo uma grande importância para a Geografia Moderna naquele período. Sendo assim, Humboldt, por ser naturalista, tinha seus entendimentos acerca da Geografia, partiu de um pressuposto de uma visão holística, sendo, portanto, uma visão integrada da paisagem, bem como suporte na observação, tido como empirismo racionado; por outro lado, Ritter se baseia na Geografia como o estudo dos fenômenos de forma isolada. A partir dessa perspectiva, a Geografia passou por diversos processos para se tornar uma ciência geográfica, iniciando-se desde o período primitivo, perpassando a idade média, logo depois a idade moderna, as escolas geográficas e a pós-modernidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), é a que estabelece a finalidade da educação no Brasil. Ela emprega os sistemas de ensino que são modelos de negócios que oferecem suporte para instituições de ensino público e privado, ou seja, conjunto de órgãos e instituições de ensino que devem estar interligadas para alcançar o mesmo objetivo. Ao mesmo passo essa Lei (LDB) estabelece, no art. 2º, que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em contrapartida, ao analisar que a educação no Brasil nunca foi prioridade, faltou, e ainda falta, aos governantes, o realismo que faz com que se encarem os problemas à luz das condições



sociais do nosso contexto nacional. Sobretudo no nosso cenário, condições e ferramentas para que os professores qualificados e intelectualmente preparados, juntamente com muitos outros setores da sociedade, possam levar avante um projeto educacional que atenda às necessidades de nosso povo. Libâneo (2016) retrata que,

Na educação, a execução das políticas educacionais implica a apropriação e o uso de diversos espaços sociais como as políticas de saúde, assistência social, as ações de mobilização para participação na escola de empresas, famílias, integrantes da sociedade civil, ações socioeducativas envolvendo a comunidade, os espaços públicos, etc. A escola em regime integral sintetiza esse conceito de territorialização (LIBÂNEO, 2016, p. 58).

Assim, nota-se a importância evidente das escolas em uma sociedade justa e igualitária, cujo papel, além de transmitir conteúdos, também emprega a capacidade de proporcionar um ambiente que estimule o desenvolvimento social do indivíduo, conforme alega Young (2007):

[...] as escolas forem ajudar os alunos a adquirir conhecimento poderoso, grupos locais, nacionais e internacionais de professores especialistas terão que se envolver com especialistas com base universitária e outros para a seleção, o seqüenciamento e o inter-relacionamento de conhecimento, em vários campos. As escolas, portanto, precisarão da autonomia necessária para desenvolver esse conhecimento profissional. Ele é a base da autoridade dos professores e da confiança que a sociedade deposita neles como profissionais. Pode ser que essa confiança seja às vezes quebrada; porém, toda forma de responsabilidade deve dar suporte a essa confiança, ao invés de tentar substituí-la (YOUNG, 2007, p. 1299-1300).

Sendo, portanto, a escola, o local que será utilizado para modificar as condições da vida e das relações dos alunos, Libâneo (2016) apresenta a reflexão de que a escola de qualidade é a que, antes de tudo, por meio dos conteúdos, propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos, considerando suas características individuais, sociais e culturais e as práticas socioculturais que vivenciam e participam. Filizolla e Furlanetto (2013) explicam que:

A escola é um território específico. Suas fronteiras, sejam elas físicas ou emocionais, delimitam um espaço culturalmente marcado, grafado. Transpô-las representa adentrar um universo novo, no qual o jovem, a criança, dá prosseguimento ao aprender. Ocorre que, se de um lado as fronteiras são passagem, encontro de culturas, de saberes e de discursos, de outro atuam também como barreiras que restringem ou enformam a entrada desses atores sociais no espaço escolar, simbolicamente falando. Ademais, o espaço escolar é um espaço emocionalizado, portanto dotado de uma carga simbólica que repercute, igualmente, na maneira como os jovens, as crianças adentram e circulam nesse universo (Filizolla e Furlanetto, 2013, p. 2).



Enfatizando-se o ensino de geografia, que, indubitavelmente, é de suma importância na vida de todos, sendo, portanto, a disciplina que permite conhecer o espaço geográfico, o espaço produzido pelo homem e que está em constante transformação. Callai (2014) aponta que:

[...] a importância de ensinar geografia, deve ser pela possibilidade que a disciplina traz em seu conteúdo que é discutir questões do mundo da vida. Para ir além de um simples ensinar, a educação geográfica considera importante conhecer o mundo e obter e organizar os conhecimentos para entender a lógica do que acontece. Isso remete a fazer um aprendizado significativo, a partir dos conteúdos da matéria de ensino escolar (CALLAI, 2014, p. 82).

Em vista disso, a Geografia é um componente do currículo e de seu ensino, que se caracteriza pela singularidade das vidas que os estudantes conseguem observar, reconhecendo a sua identidade e pertencimento ao mundo, portanto, Callai (2011) também afirma que:

É, portanto uma matéria curricular que encaminha a compreender o mundo e, às pessoas a se entenderem como sujeitos neste mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais. Portanto, através da leitura do espaço o importante é ler o mundo, o que significa compreender aquelas informações que estão no cotidiano das pessoas contextualizadas, compreendendo o significado das formas que *desenham as paisagens* (CALLAI, 2011, p. 129).

No âmbito escolar desenvolve-se a relação professor-aluno, que, conforme Castrogiovanni e Batista (2018), faz-se necessário que se estabeleça, entre emissor e receptor, portanto, entre professor e aluno, uma relação interativa composta por uma linguagem semiótica comum. Do contrário, as mensagens tornam-se nebulosas, o contexto fica sendo apenas texto, e as palavras docentes são, quase poeticamente, perdidas como lágrimas na chuva.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário analisar a maneira como os conteúdos são repassados aos alunos, conforme Castrogiovanni e Batista (2018, p. 100), que relatam: “justamente por isso, devemos elaborar uma didática que também inclua o ponto de vista do indivíduo, que é resultado de uma ambiência produzida pela sua vivência em relação ao material disponível do seu meio”. Logo, toda significância do currículo escolar possui conotação cultural e temporal.

Advindo do que foi relatado, a importância do estágio supervisionado no processo de formação dos professores é indispensável, na medida em que ele contribui para a formação de um professor intelectual, crítico, reflexivo, competente e ciente de sua função social.



Dauany *et al.* (2019) transcreve que:

Assim, o estágio, ao contrário da visão recorrente, não é atividade prática, mas teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade. É um dos componentes do currículo do curso de formação de professores e o curso prepara para o exercício da profissão Docente. [...] o curso (e, nele, o estágio) não é práxis do futuro professor, mas é atividade teórica de conhecimento da realidade e definição de finalidades, instrumentalizadora da práxis do futuro professor [...] a aproximação da realidade possibilitada pelo estágio só tem sentido se feita de forma planejada, com envolvimento, e não por questões puramente burocráticas. (DAUANY *et al.*, 2019, p. 5-6).

As reflexões atribuídas acerca do movimento de produção teórico-prático na formação dos docentes, com ênfase no estágio, que é marcado por avanços significativos, como a elaboração conceitual do professor como técnico, para o conceito de um professor reflexivo, e, por fim, um professor intelectual crítico-reflexivo. Então é necessário o desenvolver do estágio para que haja uma ideia clara e objetiva da concepção do professor que irá se formar. Dauanny *et al.* (2019) apontam,

Daí a necessidade de que, ao desenvolver o estágio, se tenha uma ideia clara a respeito da concepção de professor que se quer formar. No processo do estágio, a exigência do posicionamento se faz fortemente presente, visto que é um momento do processo formativo no qual o futuro professor se depara com a realidade profissional docente (DAUANNY *et al.*, 2019, p. 232).

Dessa forma, no processo de estagiar, a exigência de um posicionamento é fundamental, visto que é um momento formativo no qual o futuro professor ali presente irá se deparar com situações adversas, no entanto presentes na realidade profissional docente. No estágio, os futuros professoras e os professores formadores da universidade têm a oportunidade de se depararem com a complexidade que caracteriza os cotidianos das escolas, e isso faz surgir oportunidades de refletir criticamente sobre essa realidade, de entender os seus determinantes, de compreender a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas e de construir alternativas para os problemas que aí se apresentam.

É nesse sentido que o estágio é uma atividade curricular chave para a concretização de um modelo formativo que melhor prepare o futuro professor para o enfrentamento das demandas da prática pedagógica. E, por fim, é evidente que a trajetória conceitual leva o estágio a ocupar espaço central na formação inicial universitária do docente, ao evidenciar a necessidade de compreender o estágio como um processo formativo no contexto dos processos formativos dos professores.



O ENSINO DE GEOGRAFIA MEDIANTE AS DIFICULDADES NAS ESCOLAS

A Geografia é de suma importância na vida de todos, sendo, portanto, a disciplina que permite conhecer o espaço geográfico, o espaço produzido pelo homem e que está em constante transformação, sendo um componente do currículo, e de seu ensino, que se caracteriza pela singularidade das vidas que os estudantes conseguem observar, reconhecendo a sua identidade e pertencimento ao mundo. Conforme se pode observar, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental adotaram, na formulação dos objetivos e da avaliação, a divisão dos conteúdos, como apontam Coll *et al.* (1988), referente ao ensino fundamental, apontando para o ensino médio uma abordagem por competências e habilidades (PERRENOUD, 1999; 2000). Assim, no que concerne ao ensino de Geografia, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 81) estabelecem os seguintes objetivos:

- conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;
- identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- compreender as espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;
- saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia.

Assevera o mediador de todo esse conhecimento, o professor de geografia, que enfrenta inúmeras dificuldades no seu trabalho, que é necessário buscar “estratégias” ou “procedimentos” para fazer com que o aluno se interesse pela matéria, e que possa enxergar a total importância da geografia na vida dele, sendo assim, o professor sempre busca caminhos para despertar o interesse do aluno, relacionando o seu espaço local com o global.



Entretanto, a resposta que o professor tanto quer do aluno, muitas vezes não acontece, e isso faz com que muitos professores optem por ser mais conservadores, fazendo com que suas aulas fiquem mais repetitivas e rotineiras, sem experimentar caminhos para aprimorar sua didática.

Muitos professores criam expectativa em torno dos alunos, achando que irão encontrar alunos motivados, estudiosos, disciplinados, no entanto, na realidade é diferente, nisso, a relação entre professor e aluno não deve ser somente cognitiva e racional, é necessária uma relação aberta, negociada sem papéis extremamente profissionais, para que assim ocorra a motivação das partes. Os alunos, por sua vez, como já citado, demonstram zero interesse no processo de aprendizagem, sustentando uma perspectiva de que a geografia é uma matéria decorativa, não se esforçando para haver um progresso, e sem conseguir dimensionar a presença da Geografia em quase todos os lugares que ele frequenta.

A escola é fundamental para a formação de um cidadão, no entanto, esse local apresenta inúmeros problemas, entre eles o livro didático, a formação dos professores, a violência, entre inúmeros outros problemas, como a interferência do sistema escolar. Presentemente, o que presenciamos é totalmente revoltante, o âmbito escolar virou um caos, encontrando desde venda e compra de drogas até agressão de aluno a professor. Dessa forma, essa realidade do espaço escolar precisa ser urgentemente mudada, a escola deve ser um local organizado, disciplinado, para que assim o processo de aprendizagem aconteça gradativamente.

Sendo assim, a agregação de recursos tecnológicos ao ensino da Geografia é totalmente válida, tendo em vista as dificuldades de transmissão do conhecimento sem o interesse do receptor, desta forma, a utilização de elementos tecnológicos como computadores, notebook, data show e até mesmo aparelhos celulares ou tablets tornam a aula diferente e dinâmica, despertando o interesse do aluno, sendo algo novo para ele. O recurso do celular pode ser um aliado para o professor, basta que esse saiba usar; a presença de diversos aplicativos facilita a dinâmica do professor.

Portanto, o emprego da tecnologia em mapas, visualização de satélites, quebra-cabeça, e vários outros aspectos, faz com que o aluno observe diversos espaços, ampliando seu conhecimento. Isto posto, são nítidas as dificuldades de estrutura das escolas, rotina, disponibilidade de ambiente, recursos materiais, afinidades pessoais, ausência de apoio familiar, indisciplina dos alunos; vários fatores interferem na estruturação de uma escola pública, porém, a dificuldade encontrada pelos professores e alunos não devem passar despercebidas pela sociedade em geral.



PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS: EXPERIÊNCIA E PRÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O relato de experiência sobre o qual aqui se discorreu trata de pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa a partir de técnica da observação participante, através da vivência nas práticas de ensino vivenciadas na Escola Estadual de Tempo Integral Elisa Bessa Freire, por meio do Programa Residência Pedagógica, no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, no período de novembro de 2020 a abril de 2022, com 414 horas de atividades, subdividas em: ambientação escolar, elaboração de planos de aula, regência, desenvolvimento de projeto, socialização e relatório final.

Cabe salientar que o método utilizado para tal desenvolvimento é a observação participante, conforme Fonseca (2002) relata que foi criado por Bronislaw Malinowski, para conhecer os nativos das ilhas Trobriand, ele foi se tornar um deles. Rompendo com a sociedade ocidental, montava sua tenda nas aldeias que desejava estudar, aprendia suas línguas e observava sua vida cotidiana. Triviños (1987, p. 135) diz que se trata de um método qualitativo em que “ o trabalho que realiza numa sala de aula de uma escola em grupo de professores que está aplicando novos métodos de ensino [...]”. Assim sendo, a participação aplica-se aos bolsistas/residentes que junto aos preceptores, buscam observar a realidade enquanto sujeitos do próprio processo de aprendizagem. Bem como aponta Correia (1999):

A Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (CORREIA, 1999, p. 31).

A utilização de tal metodologia é empregada a fim de compreender os contextos aos quais estão propostos para serem estudados/analísados, bem como colocado por Martins (1996), que expõe que a observação toma parte no meio em que as pessoas se envolvem. Por um lado, essa metodologia proporciona aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural, dos seus processos. Por outro lado, permite-lhe intervir nesse mesmo cotidiano, e nele trabalhar ao nível das representações sociais, e propiciar a emergência de novas necessidades para os



indivíduos que ali desenvolvem as suas atividades.

Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa “[...] se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente de maneira [que as informações obtidas pela observação] [...] é o veículo para nova busca de informações” (Triviños, 1987, p. 137). Portanto, a partir das informações/resultados obtidos, apontam novas diretrizes a serem exploradas e pensadas no contexto da Geografia. Poupart et. al. (2008) retrata que na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é o de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: sejam elas pequenas ou grandes, o que importa é que elas sejam capazes de produzir novas informações.

Assim sendo, a pesquisa qualitativa está atenta aos aspectos da realidade que não podem ser medidos nem quantificados, centrada na compreensão e explicação das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Metodologias ativas em ação: O uso de ferramentas e recursos em sala de aula

A Geografia na educação básica é fundamental no processo de formação crítico-cidadã do aluno, Callai (2011) relata que o conhecimento geográfico em sala de aula permite ao aluno a possibilidade de “construir as bases de sua inserção no mundo em que vive e compreender a dinâmica do mesmo através do entendimento da sua espacialidade”. Sendo assim, evidencia que o ensino geográfico possibilita aos educandos uma leitura do espaço e de toda sua dinamização.

Tendo em vista a regência na Escola Estadual de Tempo Integral Elisa Bessa Freire, pude vivenciar diversas experiências, bem como o desenvolvimento de projetos, aulas expositivas e uso de jogos, o que facilitou o desenvolvimento do ensino e aprendizagem



dos alunos de 8º e 9º ano, atribuindo-nos didáticas importantes e agregadoras ao longo da vida docente.

Bingo Geográfico – Um estudo sobre a América

Realização de jogo na turma de 9º ano acerca do continente americano, a fim de resgatar os assuntos trabalhados no 8º ano, portanto, uma revisão com os alunos. Tal experiência evidenciou a importância do uso desse mecanismo paralelo ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas. O jogo utilizado foi o Bingo Geográfico. Ao chegar nas turmas e dizer que seria uma aula diferente, todos os alunos já se despertaram e ficaram curiosos para saber o que seria trabalhado naquela aula, desta forma, já houve uma aproximação e interesse direto no primeiro momento, facilitando a execução do jogo e o contato com os alunos. Foi perceptível a atenção de todos no ato da explicação da dinâmica, visto que todos estavam animados para realizá-lo.

Figura 1 – As questões feitas pelos alunos



Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.

Antes da realização do jogo, os alunos foram informados sobre as questões que seriam abordadas durante o bingo. Essa etapa tinha como objetivo incentivar a pesquisa e o conhecimento prévio dos estudantes, a fim de que estivessem preparados para o dia da atividade. O resultado dessa abordagem foi surpreendente, com todos os membros da turma apresentando atividades bem elaboradas e caprichadas.

No processo de explicação todos demonstraram interesse em participar e ao distribuir as cartelas e o mapa de orientação, todos ficaram encantados e ansiosos para o início da atividade lúdica. A atividade funcionava da seguinte forma: fazíamos as perguntas sobre o tema proposto e os alunos deveriam achar as respostas em suas cartelas, fazendo



então o exercício de lembrar o conteúdo voltado ao continente americano, bem como as bandeiras, países, oceanos que banham o continente e divisões geográficas para realizar a atividade.

Figura 2: Aplicação da atividade



Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.

Essa atividade fez-se necessária para sair do comodismo e apresentar maneiras lúdicas de trabalhar a Geografia, além da resposta positiva dos alunos ao realizar o exercício. A atividade com jogos rompe com as práticas tradicionais mantidas pelos professores, tirando o aluno da acomodação para a assimilação, dando a oportunidade de aprimorar a sua capacidade cognitiva, construindo um raciocínio lógico, tornando o processo de aprendizagem mais significativo.

O uso de jogos favorece a participação ativa dos alunos em atividades escolares, sendo uma ferramenta eficaz no combate ao baixo rendimento escolar e ao desinteresse dos estudantes no processo educativo, levando em conta o seu desempenho com jogos referentes aos conteúdos programados. Sendo assim, o uso desse mecanismo na escola de regência possibilita o despertar da atenção e o interesse dos alunos para com o processo de ensino-aprendizagem em Geografia.

Projeto: Educação Ambiental e Metodologias Ativas: Uma nova perspectiva de ensino

A educação ambiental é imprescindível no ensino fundamental, visto que é determinante para conscientizar e amenizar os problemas que estão presentes no meio ambiente por meio da ação do homem, nesse sentido, as crianças são o futuro, a fim de modificar essa realidade. Portanto, acredita-se que a internalização é introduzida de forma mais satisfatória com hábitos e comportamentos sustentáveis.



A importância da educação ambiental consiste em trabalhar para desenvolver a inter-relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Visando por meio disso o aumento das práticas sustentáveis, e com isto reduzir os danos ambientais. Nos dias atuais é indispensável colocar em prática a educação ambiental, para poder garantir um desenvolvimento tecnológico sem prejudicar e colocar em risco os recursos naturais do planeta, garantindo com isso o desenvolvimento sustentável. Este faz-se necessário para poder conscientizar e despertar nos indivíduos a preocupação e o cuidado com as atividades que acabam por causar prejuízos ao meio ambiente, como, por exemplo, a poluição do ar e dos rios, a degradação do solo, o desmatamento, o destino do lixo, dentre outros.

Diante disso, a escola é ator principal para pôr em vigor as conexões e informações a partir dos ideais sustentáveis, instigando hábitos mais conscientes. Conquanto o projeto busque estabelecer essa reflexão por meio das aulas expostas e das atividades práticas, colocando em ação aquilo que é teoricamente passado, visando evidenciar seus conhecimentos em relação ao meio ambiente. A partir disso é notória a relevância acerca da sustentabilidade do meio ambiente e da Educação Ambiental, visto que busca reverter as diferentes realidades de poluição e degradação da natureza que atinge as grandes, médias e pequenas cidades e povoados, nesse viés vem a importância de realizar atividades voltadas a essa temática.

A partir dessa perspectiva da importância do desenvolvimento da Educação Ambiental na escola, como forma de colocar em prática tal temática, fez-se necessário a realização do projeto Educação Ambiental e Metodologias Ativas: Uma nova perspectiva de ensino na EETI Elisa Bessa Freire, no período de fevereiro e março de 2022, e envolveu os alunos do 9º ano 1. Visto que a escola é um ator principal para pôr em vigor as conexões e informações, a partir dos ideais sustentáveis, instigando hábitos mais conscientes. Conquanto o projeto busque estabelecer conexões e informações a partir dos ideais sustentáveis, instigando hábitos mais conscientes por meio das aulas expostas e das atividades práticas, colocando em ação aquilo que é teoricamente passado, visando evidenciar seus conhecimentos em relação ao meio ambiente. Visando que a educação ambiental é imprescindível no ensino fundamental, visto que é determinante para conscientizar e amenizar os problemas que estão presentes no meio ambiente por meio da ação do homem, nesse sentido, as crianças são o futuro, a fim de modificar essa realidade.

Assim, o projeto é desenvolvido por etapas (Quadro 1) de suma importância, a fim de verificar as mudanças de valores, hábitos e atitudes no âmbito da educação ambiental,



bem como estimular e instigar as atitudes sustentáveis. As etapas se complementam sendo de total eficácia cada momento realizado.

Quadro 1 – Descrição das atividades desenvolvidas na turma do 9º1 na EETI Elisa Bessa Freire

MOMENTOS	DESCRIÇÃO
1º Momento	Aulas expositivas acerca da Importância da Conservação do Meio Ambiente.
2º Momento	Atividade prática para a confecção de diferentes objetos recicláveis
3º Momento	Exposição dos filmes “Um plano para salvar o planeta” e “Reciclando óleo de cozinha contra o Monstróleo” e a reflexão das principais ideias que estes apontam;
4º Momento	Aula dialogada a partir da confecção dos mapas mentais no que concerne as consequências do descarte irregular do óleo de cozinha no meio ambiente
5º Momento	Confecção de sabonetes a partir da coleta do óleo de cozinha dos alunos.

Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.

Como visto, fez-se necessária a exposição de dois filmes *Um plano para salvar o planeta* e *Reciclando óleo de cozinha contra o Monstróleo* e a reflexão das principais ideias que estes apontam, e a partir disso, foram divididos em grupos para elaborar uma definição de “Meio Ambiente” a partir do que entendem e o que aprenderam com o filme e as reflexões expostas em sala.

Figura 3: Exposição dos filmes



Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.



As definições que os alunos montaram acerca do meio ambiente foram excepcionais, o que nos evidenciou que os colocar enquanto protagonistas de ensino acarreta resultados bastante positivos. Um dos conceitos elaborados foi: “Lugar, território ou espaço que ocorre a interação entre seres vivos (bióticos) e não vivos (abióticos), através de fatores químicos, físicos e naturais”. Tal definição abrange de forma ampla o Meio Ambiente.

Outra etapa do projeto foi a confecção de mapas mentais, a partir do descarte irregular do óleo e seu impacto ao Meio Ambiente, o mapa mental visto que são uma ferramenta ótima para juntar os pontos criativos e liberar o potencial de sua ideia, é uma técnica de capturar informações e visualizar processos de pensamentos, pois é a partir dos elementos visuais que se possibilitam conexões para acender novas ideias. Por isto, o mapa mental ajuda os estudantes na compreensão de conteúdos mais densos e complexos, devido à possibilidade da criação e conexão de tópicos sobre temas específicos.

Figura 4 – Mapas mentais elaborados pelos alunos



Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.

Para finalizar o projeto iniciamos a coleta do óleo de cozinha na residência dos alunos, onde já haviam visto em sala todas as consequências do descarte irregular do óleo, e assim, para diminuir tal impacto, iniciamos a confecção de sabonetes a partir desses óleos coletados. Essa atividade trouxe os alunos mais uma vez como protagonistas na realização da atividade. Para iniciar a confecção do sabonete, utilizamos o laboratório de Ciências da



escola, sendo um ambiente que não é usado com frequência pelos alunos, o que já os estimula ao diferente. Para a confecção do sabonete alguns materiais foram necessários, onde foram destinados para a turma, no dia do experimento toda a turma foi ao laboratório e participou de todo o manuseio, sob orientação e responsabilidade dos residentes e professor preceptor.

Figura 5 – Confecção de sabonetes por meio da coleta de óleo usado pelos alunos.



Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.

Feira do Meio Ambiente

Outra atividade que vale citar é a “Feira do Meio Ambiente”, realizada em novembro de 2021, em que se relata que a educação ambiental é um processo contínuo, no qual o educando passa a entender a importância das questões ambientais, modificando sua visão sobre o meio ambiente, dando maior importância à conservação ambiental. Partindo desse pressuposto, a Feira do Meio Ambiente, tendo como objetivo sensibilizar os alunos para com os cuidados ao meio ambiente. Para a realização da feira, materiais recicláveis como: garrafas pets, papelão, tampas de garrafas, caixas de leite, de remédio, entre outros, foram transformados em jogos, utensílios, lixeiras e maquetes, expondo as questões ambientais presentes na cidade de Manaus. Compreendendo que, por meio da reciclagem, materiais que antes iam para o aterro de Manaus tiveram outro destino, transformando-se em materiais pedagógicos.

Com a execução da atividade, foi possível entender que as questões ambientais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade, e que o ato de conservar e reciclar, resulta em diversos benefícios ao meio ambiente e para o próprio ser humano,



desta forma, por meio dessas atividades nas escolas, é possível transformar os alunos em multiplicadores de boas práticas, podendo repercutir, tais ações em sua comunidade, colaborando para a construção de locais mais saudáveis para habitar, além de ajudar na conservação do planeta, envolvendo-os com questões ambientais na prática, procurando soluções para os resíduos.

Figura 6: Feira do Meio Ambiente



Fonte: RAULINO, Ilma de Farias, 2022.

A escola é o lugar onde o aluno dá sequência ao seu processo de socialização, portanto, comportamentos ambientalmente corretos devem ser socializados com os demais colegas. A participação dos residentes nessa atividade, sem dúvida, foi muito importante para o processo de formação, pois os bolsistas participaram de todas as etapas da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Residência Pedagógica proporcionou aos seus residentes uma série de vivências enriquecedoras. Durante esse período, tivemos a oportunidade de demonstrar nossa capacidade de adaptação diante do cenário em constante mudança. Essa experiência revelou-se extremamente agregadora, uma vez que, mesmo diante das adversidades, o programa não foi interrompido, abrindo-nos para diversas possibilidades a serem exploradas.



Ao retornarmos ao ensino presencial, fomos capazes de nos reinventar e aplicar atividades que despertassem o interesse dos alunos. Com criatividade e dedicação, conseguimos envolvê-los de forma significativa em suas aprendizagens. Essa capacidade de adaptação e inovação, aliada ao comprometimento dos residentes, foi fundamental para o sucesso do programa.

Em suma, a realização das atividades possibilita diferentes vivências no âmbito escolar, como, por exemplo, as atividades acima relatadas com o uso do lúdico, que é um importante recurso didático, o qual contribui de forma direta para que as aulas se tornem mais dinâmicas e mais participativas, sendo mais motivadoras e prazerosas. E ainda está presente no dia a dia dos alunos do ensino fundamental, mediante outros tipos de jogos, de aprendizagem ou apenas de divertimento.

Através dessa experiência, é inquestionável o contínuo enriquecimento do meu processo de formação. Esse período exigiu que eu buscasse constantemente possibilidades e estratégias de trabalho, sem me acomodar diante dos diversos obstáculos que podem surgir ao longo da jornada docente. Ficou evidente a importância de o professor se reinventar constantemente, ciente de que o processo de ensino e aprendizagem é gradual e envolve não apenas a escola e o professor, mas também o aluno e a comunidade como um todo. Essa compreensão ampla e integrada é essencial para promover uma educação de qualidade e garantir um ambiente propício ao desenvolvimento dos estudantes.

Portanto, essa experiência reforçou a necessidade de um comprometimento contínuo com o aprimoramento profissional, o engajamento com a comunidade escolar e a busca por abordagens pedagógicas inovadoras. Estou consciente de que a caminhada como professor exigirá perseverança, flexibilidade e disposição para enfrentar desafios, mas estou confiante de que essa experiência foi um marco importante no meu desenvolvimento como educador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível em: Acesso em: 05 jul. 2023.

CALLAI, Helena C.; Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio C. (org.). **Ensino de geografia**: práticas e textualização no cotidiano / Antônio Carlos Castrogiovanni; Helena Copetti Callai, Nestor André Kaercher. – 11. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014. pp. 71-114

CALLAI, HELENA COPETTI. **A Geografia Escolar** – e os conteúdos da geografia. revista



anekumene, 2011.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; BATISTA, Bruno Nunes. Aproximação e emergência para uma postura emancipatória no ensino da Geografia – Bem vindo á incerteza. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v.1, n.1, p. 1-16, dez. 2018.

CAVALCANTI, L. de S. A MetrÓpole Em Foco No Ensino De Geografia: o que/para que/para quem ensinar? In: PAULA, F. M. de A; SOUZA, V. C. de; CAVALCANTI, L de S. (Orgs.). Ensino de Geografia e metrÓpole. Goiânia: **Gráfica e Editora América**, 2017.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

COLL, César et al. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Artmed, 2000.

CONTI, J. B. **A reforma do ensino de 1971 e a situação da Geografia**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 51, p. 57-74, jun. 1976

CORREIA, M. C. **A Observação Participante enquanto técnica de investigação**. **Pensar Enfermagem**, 1999.

COSTA, Rita de Cassia Marques; MOREIRA, Cileya de Fátima Neves. **Fundamentos Metodológicos e Prática do Ensino de Geografia**. Sobral: INTA, 2016.

DAUANNY, Erika; Barroso; LIMA, M. S.L.; PIMENTA, S. G. A produção teórica entre demandas da formação e do cotidiano escolar. Belo Horizonte: Interdisciplinar Sulear, v. 3, p. 01-18, 2019.

FILIZOLA, Roberto; FURLANETTO, Beatriz Helena. Fronteiras emocionais: a relação dos jovens com o saber. **ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL 2017)**, v. 26, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (No prelo).

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNEO. José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: Desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa, v.46, n.159, p. 38-62, jan / mar. 2016.

MACEDO, E. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. Cadernos de Pesquisa, v.42, n.147, p.716-737, set./dez. 2012.

MARTINS, J. B. **Observação Participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia Escolar**. Seminário Ciências Sociais / Humana, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, A.C.R.M. Geografia: ideologia nos currículos do 1º grau. In: BARRETO, Elba



Siqueira Sá (Org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Autores Associados: Fundação Carlos Chagas, 1998.

NÓVOA, A. **Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes. *Pátio. Revista Pedagógica*, v. 11, p. 15-19, 1999.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert e PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes V. 2, 2008.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4ª Ed, São Paulo: EDUSP, 2006

SOUZA, R.F.T.de. Os efeitos da BNCC na formação docente. *Revista OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, 2018, v. 12, n. 1, p. 69-79. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIFESP. **Plano pedagógico do curso de pedagogia**. São Paulo, 2006/2010. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2021.

VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004.

YOUNG, Michael. **Pra que servem as escolas?** *Educ. Soc.*, Campinas, v.28, n.101, p. 1287-1302, set. /dez. 2007.

Artigo recebido em: 14 de setembro de 2023

Aceito para publicação em: 27 de novembro de 2023

Manuscript received on: September 14, 2023

Accepted for publication on: November 27, 2023

